

**GRANJA FÁRIA S.A.**  
CNPJ 81.616.807/0001-55

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais					Demonstrações do Resultado				
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrim. líquido	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Ativo circulante	46.455	102.730	172.192	130.876	Passivo circulante	116.933	52.140	190.750	83.129
Caixa e equiv. de caixa	1.804	66.633	2.853	66.978	Fornecedores	18.539	11.007	67.749	24.955
Contas a receber	19.122	16.904	67.092	29.089	Empr. e financiamentos	49.024	27.621	54.969	42.563
Estoques	11.928	5.179	55.259	12.942	Obrigações tributárias	8	324	1.072	426
Impostos a recuperar	8.544	8.941	25.648	13.784	Obrigações trabalhistas	1.598	1.351	7.888	3.065
Outros créditos	5.057	5.073	21.340	8.083	Parcelamentos tributários	836	-	2.347	273
<b>Ativo não circulante</b>	<b>458.048</b>	<b>143.056</b>	<b>420.387</b>	<b>154.747</b>	Contas a pagar - aquisição de controladas	32.532	9.608	32.532	9.608
Contas a receber	550	706	550	706	Outras contas a pagar	14.396	2.229	24.193	2.239
Outros créditos	-	382	-	382	<b>Passivo não circulante</b>	<b>264.297</b>	<b>85.253</b>	<b>278.556</b>	<b>94.101</b>
Créditos com partes relacionadas	96.037	19.045	410	-	Empr. e financiamentos	210.447	71.969	215.564	77.977
Impostos a recuperar	-	421	-	421	Parcelamentos tributários	-	-	3.816	1.916
Invest. em controladas	305.302	70.032	-	-	Contas a pagar - aquisição de controladas	48.752	9.738	48.752	9.738
Ativo biológico	25.308	15.410	58.755	26.708	Débitos c/partes relacionadas	204	129	-	-
Imobilizado	30.704	37.060	284.856	103.466	Passivo a descoberto de investimentos	4.797	3.320	-	-
Intangível	147	-	75.816	23.064	Provisão para contingências	97	97	10.424	4.470
<b>Total do ativo</b>	<b>504.503</b>	<b>245.786</b>	<b>592.579</b>	<b>285.623</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>106.993</b>	<b>101.616</b>	<b>106.993</b>	<b>101.616</b>
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	<b>Capital social</b>	<b>Reserva</b>	<b>Lucro</b>	<b>Total do patri- mônio líquido</b>	Capital social	106.993	101.616	106.993	101.616
	<b>integro- ralizado</b>	<b>Legal</b>	<b>De exer- cício</b>		Reserva legal	1.264	422	1.264	422
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>101.616</b>	<b>64</b>	<b>1.259</b>	<b>102.939</b>	Reservas de lucros	15.016	6.355	15.016	6.355
Lucro líquido do exercício	-	-	7.152	7.152	<b>Total do patrim. líquido</b>	<b>123.273</b>	<b>108.393</b>	<b>123.273</b>	<b>108.393</b>
Destinação para reserva legal	-	358	-	(358)	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>504.503</b>	<b>245.786</b>	<b>592.579</b>	<b>285.623</b>
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(1.698)	(1.698)					
Transferência reserva de lucros	-	-	5.096	(5.096)					
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>101.616</b>	<b>422</b>	<b>6.355</b>	<b>108.393</b>					
Integralização de capital	5.377	-	-	5.377					
Lucro líquido do exercício	-	-	16.837	16.837					
Destinação para reserva legal	-	842	-	(842)					
Juros sobre o capital próprio	-	-	(7.334)	(7.334)					
Transferência reserva de lucros	-	-	8.661	(8.661)					
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>106.993</b>	<b>1.264</b>	<b>15.016</b>	<b>123.273</b>					

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional:** A Granja Faria S.A. ("Companhia"), tem sua sede social, na Rodovia SC 390, Km 432, Bairro Centro e Sete, Lauro Müller - SC, CEP 88.880-000, tendo como objetivo principal, em conjunto com suas controladas, a produção de ovos para consumo, ovos férteis e pintos de 1 dia. Fundada em 1989 em Lauro Müller, e atualmente, até a data de autorização de emissão dessas demonstrações financeiras, com unidades em Santa Catarina, Paraná, Tocantins, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, a Companhia e suas controladas contam incubatórios, fábrica de ração, logística própria e um sistema forte e consolidado de parceria com o produtor rural (integração) para as fases da recria das aves e sistemas automatizados de produção dos ovos comerciais para consumo. Parte da produção de ovos férteis é exportada para outros países, sendo eles atualmente México, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, e Senegal, sendo referência de qualidade e atendimento ao cliente no mercado internacional e nacional de ovos férteis, pintos de 1 dia, bem como também no mercado de ovos comerciais para consumo há pouco mais de um ano. A Companhia iniciou em 2018 um processo inovador no país, a consolidação do mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, e durante os exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, adquiriu a participação societária de 100% das cotas das seguintes empresas que já atuavam neste mercado: • Produtora de Ovos Josidith Ltda. ("Josidith"). Com sede no município de Darcinópolis/TO, atuante no mercado das regiões Norte e Nordeste, regiões norte e nordeste, assumiu o controle a partir de agosto de 2018; • Marutani Alimentos Ltda. ("Marutani"). Com sede no município de Araçuaçu/PR, atuante no mercado do Paraná e São Paulo, assumiu o controle a partir de setembro de 2018; • Granja Stragliotto Eireli ("Stragliotto"). Com sede no município de Farroupilha/RS, atuante no mercado da região Sul, assumiu o controle a partir de dezembro de 2018; • Aviação Santo Antônio Ltda. ("ASA"). Com atividade principal nas cidades de Nepomuceno e Lavras em Minas Gerais, atuante no mercado da região Sudeste, assumiu o controle do Grupo a partir de fevereiro de 2019. **2. Base de apresentação:** **2.1. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro da International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. No caso da Companhia e suas Controladas, essas práticas contábeis sobre as demonstrações financeiras diferem do International Financial Reporting Standards - IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Granja Faria e suas controladas. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerrada na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas no item 2. As controladas foram consolidadas integralmente, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e (c) receitas e custos, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas de 2019 incluem as operações da Companhia e das controladas: Marutani, Stragliotto, Josidith, lana e ASA, das quais a controladora detém 100% das cotas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela diretoria em 13/04/2020. **2.2. Principais práticas contábeis:** **a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atenderem a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. Por consequente, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. Saldos de conta corrente eventualmente a descoberto na data-base das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são incluídos como componente de caixa e equivalente de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente a gestão de caixa. **b) Contas a receber de clientes e provisão para crédito de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dessas créditos. Considerando a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores, a Administração da Companhia efetuou o provisionamento para perdas na realização dos créditos julgados como difícil realização. Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em curto prazo, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços e não sujeitas ao AVP - Ajuste de Avaliação Patrimonial. **c) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em traz-los às suas localizações e condições existentes. A provisão para perdas ou obsolescência é constituída quando identificada. **d) Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são avaliados e reconhecidos pelo valor justo e ao preço de formação. A Companhia classifica aves vivas como ativo biológico. Para subsidiar este entendimento, a Administração da Companhia acredita que o valor histórico e o custo de formação dos ativos biológicos se aproximam, substancialmente, do valor justo devido ao curto ciclo de vida dos animais e considerando-se que não existe prática no mercado de comercialização das aves em fase de produção. A amortização dos ativos biológicos está calculada aplicando o método linear, contudo a Companhia está efetuando estudos para adotar o método de curva de produção, onde a amortização é de acordo com o ciclo produtivo dos ativos biológicos. A vida útil das aves que produzem o ovo fértil, é de cerca de 66 semanas e no período produtivo estes custos são amortizados pelo período de 12 meses. No caso das aves de postura de ovos comerciais, a vida útil é cerca de 110 semanas e estas são amortizadas no período de 24 meses. **e) Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias nas controladas após a aquisição. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora. O giro apurado na aquisição de empresas, classificado como investimentos tem como fundamento a expectativa de rentabilidade futura (goodwill), valor de mercado de ativos imobilizados e intangíveis. **f) Imobilizado:** E registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas e não excede ao valor justo. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, e reconhecidos no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas abaixo. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando necessário. **g) Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou

indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ativo, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. O giro resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o giro é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável (impairment), o giro é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia (ou grupos de UGCs), se beneficiário das sinergias da combinação. As UGCs às quais o giro foi alocado são submetidas anualmente a teste de impairment ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar impairment. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por impairment é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer giro alocado à UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por impairment de giro é reconhecida diretamente no resultado do exercício. **h) Tributação sobre a renda: Tributos correntes:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e das controladas são calculados da seguinte forma: • Imposto de Renda Pessoa Jurídica: alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; • Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: alíquota de 9%. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. **i) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado-sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Receitas:** A Companhia está envolvida na venda de ovos férteis, pintinhos de 1 (um) dia, ovos para consumo, serviços de incubação, adubos e resíduos, venda de outras mercadorias ligadas a atividade e são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, deduzidos dos impostos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas reduzidas das receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **l) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial ativa e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e impostos parcelados, variação cambial e descontos concedidos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **m) Provisões:** As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados externos da Companhia. **n) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. **o) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão incluídas no reconhecimento e mensuração de provisões e contingências com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião dos advogados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findo em 31/12/2019 estão incluídas no reconhecimento e mensuração de provisões para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; e na definição de vida útil do ativo imobilizado, intangível e ativo biológico. **p) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **q) Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **r) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31/12/2019 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas, estão abaixo apresentadas: **Alterações ao CPC 15 (R1):** Definição de negócios em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 15 (R1) para ajustar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não está afetada por essas alterações na data de transição. **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in

Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuramente pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações Financeiras de propósito geral fazem com base nas Demonstrações Financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC 06 (R1) IAS17):** Com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos mercantis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Esse pronunciamento não trouxe impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31/12/2019, bem como no seu balanço levantado em 31/12/2018. **Interpretação técnica ICP 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Contexto da interpretação - itens 1, 2 e 3:** 1. O CPC 32 - Tributos sobre o Lucro especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia deve aplicar os requisitos do CPC 32, com base na legislação tributária aplicável. 2. Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância. A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da Companhia. 3. Nesta interpretação: (a) "tratamentos fiscais" referem-se aos tratamentos utilizados pela Companhia ou que ela planeja utilizar nas apurações dos tributos sobre o lucro; (b) "autoridade fiscal" refere-se ao órgão ou órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária. Isso pode incluir tribunais; (c) "tratamento fiscal incerto" é o tratamento fiscal para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal de acordo com a legislação. **Alcance da interpretação - item 4:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. **Questões da interpretação - item 5:** Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta interpretação trata: (a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias. Esse pronunciamento não trouxe impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31/12/2019, bem como no seu balanço levantado em 31/12/2018. **CPC00-R2 - Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro:** Esse novo CPC/IFRS esclarece as definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Não se espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para 31/12/2020, bem como não existe efeitos relevantes para elas em 31/12/2019. **Outras normas contábeis a serem implantadas:** Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **s) Demonstrações financeiras comparativas com reclassificações:** Para aprimoramento da apresentação e divulgação das demonstrações financeiras comparativas, a Companhia efetuou a reclassificação do valor de R\$168 para a rubrica "Outros créditos", anteriormente apresentado como Investimentos em controladas, a reclassificação do mesmo montante para "Despesas de vendas, gerais e administrativas" que anteriormente foi apresentado no resultado com equivalência patrimonial e, consequentemente, seus efeitos na Demonstração de Fluxos de Caixa. Estes efeitos permitem uma melhor classificação e comparabilidade entre os exercícios.

Edenilson Dorigoni - Diretor-Presidente Emílio Bruno Bastos - Diretor Financeiro Vladimir Silvério - CRC PR 066864/O-6

O Parecer dos Auditores RSM Brasil Auditores Independentes S.S., datado de 22/04/2020, encontra-se à disposição dos acionistas junto com as demonstrações financeiras completas na sede da Companhia.

Documento disponível para download no site <https://notisul.com.br/publicacoes-legais/> 13/05/2020 06:35:38  
Notisul Digital Eireli EPP - CNPJ 29.142.046/0001-27 080dc22e6992e24648f43b630bf0476097c9019